



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

18 de maio de 2022

Ata da Centésima Nonagésima Nona Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dezoito do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Elenil da Penha, Primeiro-Secretário e Senhor Deputado Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Nilton Franco, Olyntho Neto e Ricardo Ayres. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 670/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comercial e Industrial de Ananás- Acian”; Projeto de Lei número 671/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais Terra Viva – Terra Viva Darcinópolis-TO”; Projeto de Lei número 672/2022, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “dispõe sobre o reconhecimento do risco da atividade, e a efetiva necessidade do porte de armas aos vigilantes de empresa de segurança privada do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 673/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas aos vigilantes de empresas de segurança privada no Estado do Tocantins”; e Projeto de Lei número 674/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera dispositivo da Lei número 1.818, de 23 de agosto de 2007, que “dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins”. Logo após, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Deputados Professor Júnior Geo, Ivory de Lira, Issam Saado, Valdemar Júnior, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Jair Farias, Vilmar de Oliveira, Fabion Gomes, Zé Roberto Lula, Léo Barbosa, Antonio Andrade, Jorge Frederico e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Vanda Monteiro, Valderez Castelo Branco e Luana Ribeiro. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 688 e 689/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 690/2022, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; e os Requerimentos que receberam os números 828 a 854. Logo após, foram aprovadas as urgências das matérias que receberam os números 691/2022, Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e os Requerimentos 578, 629, 630, 644, 662, 747, 748, 780, 781 e 851, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 582, 583, 584, 585 e 759, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; 852 e 848, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 757, 660, 659, 658, 622 a 621, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611 e 744, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 624, 623, 625 e 626, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Jair Farias. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem/Veto número 4/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, onde veta parcialmente o Autógrafo de Lei número 44, de 15 de dezembro de 2021, originário do Projeto de Lei número 13/2021, de autoria do Governador do Estado, que “institui o Plano de Cargos, Carreira e Subsídio – PCCS dos Policiais Penais do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, a qual votada, secretamente, com quatro votos sim e doze votos não, sendo que os Senhores Deputados Isaam Saado e Zé Roberto Lula declararam seus votos favoráveis, perfazendo um total de dezesseis votantes, a qual aprovada, foi mantido o Veto parcial e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem/Veto número 15/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, onde Veta parcialmente o Autógrafo de Lei número 4, de 8 de fevereiro de 2022, originário da Medida Provisória número 15, de 30 de setembro de 2021, que “altera a Lei número 2.665, de 18 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as promoções do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, e adota outras”, a qual votada, secretamente, com dezessete votos sim, perfazendo um total de vinte votantes, foi rejeitada, e encaminhada à Secretaria para reenviar o autógrafo de Lei. Foi anunciada, em turno único de



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

discussão e votação, a Mensagem/veto número 34/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei número 16, de 30 de março de 2022, originário da Medida Provisória número 27, de 22 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Plano de Gestão Plurianual de Despesa com Pessoal para amortização de passivos devidos aos servidores públicos, civis e militares do Estado do Tocantins, na forma que especifica, e adota outras providências”, a qual votada, secretamente, com dezesseis votos não e um voto sim, perfazendo um total de dezessete votantes, foi aprovada e, mantendo-se o Veto parcial, foi encaminhada à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foram anunciados, em **primeira fase de discussão** e votação, os Projetos de Lei números: 280/2019, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “institui a Política Pública e Programa de Conscientização do Uso Responsável de Água Potável no Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 348/2019; 423/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “proíbe a cobrança de valores adicionais à sobretaxas para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de síndrome de *down*, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 524/2019; **22/2020**, de autoria da Senhora Deputada



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a inclusão de informações sobre os sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na carteira de vacinação e dá outras providências”; 67/2020, anexado ao Projeto de Lei número 144/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado tendo como Co-autor o Senhor Deputado Olytho Neto, que “torna obrigatório e prioritário durante o período de pandemia a continuidade do tratamento de saúde dos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 449/2021, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “denomina ‘Deputado Raimundo Moreira’ a Rodovia TO-134 – Transbico, que interliga os municípios de Darcinópolis, Angico e Luzinópolis ao entroncamento da BR – 230”; 527/2021, de autoria do Senhor Deputado Olytho Neto, que “denomina de ‘Professor Antônio Berlamino Filho’, o novo colégio de Tempo Integral de Pedro Afonso, no Estado do Tocantins”; 554/2021, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Araguaã – TO”; 561/2021, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária Dona Otília – ACDO, com sede no município de Ananás, Estado do Tocantins”; 629/2022, anexado ao Projeto de Lei número 14/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, cujo Projeto



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

de Lei de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior e Co-autoria do Senhor Governador do Estado, que atribui nome da Escola de Tempo Integral Padrão de Palmas –TO, para Escola Estadual de Tempo Integral Professor Antônio Luís Maia”; 634/2022, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Desportiva e Cultural Araguaia, localizada no município de Araguatins-TO; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. **Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números: 139/2022, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 183, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Centenário; 140/2022, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 218, de 12 de maio de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Colinas do Tocantins”, e 141/2022, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “reconhece, para os fins do art. 65, I e II da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a**



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Santa Fé do Araguaia –TO”, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 716, 710, 712, 713, 714, 711, 717, 527, 528, 493, 490, 534, 348, 349, 491, 492, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 347, 535, 719, 524 e 525, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte e um minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário